

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 30 de Abril de 2008

Área Temática: Relações Internacionais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Brasil fará queixa na OMC sobre EUA, México e Malásia/Online - Jamil Chade – O Estado de São Paulo – 01/04/2008	4
Novas mudanças no setor agrícola - Gazeta Mercantil – 02/04/2008.....	6
Cúpula Unasul – O Globo – 02/04/2008	6
Abril será decisivo para Rodada Doha – Rosana Hessel - Gazeta Mercantil – 03/04/2008	8
Negociações UE-Mercosul – EFE - Gazeta Mercantil – 03/04/2008	8
Brasil poderá sediar encontro – Gazeta Mercantil – 03/04/2008	9
Brasil se oferece para organizar cúpula – Jornal do Brasil – 03/04/2008.....	9
País questiona barreira dos EUA – Jamil Chade - O Estado de São Paulo – 03/04/2008	10
Lamy prevê reunião ministerial para maio – Gazeta Mercantil – 04/04/2008.....	10
Mercosul e UE devem voltar a negociar no segundo semestre – Sérgio Leo – Valor Econômico – Brasil- 04/04/2008.....	11
Brasil vê avanço importante para 'dobrar' protecionistas – Assis Moreira – Valor Econômico – 04/04/2008.....	13
Grupo chega a acordo sobre expansão de cotas agrícolas – Assis Moreira – Valor Econômico – 04/04/2008.....	14
Seminário debate rol de atores sociais no Sul-Sul – Folha de São Paulo – Mundo – 06/04/2008.....	15
Desafio do país é crescimento sustentável, diz Banco Mundial – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/04/2008.....	16
Alta dos alimentos embaralha o comércio mundial e acirra Doha - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 14/04/2008	16
País contará com adido agrícola em 8 embaixadas – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/04/2008.....	18
Brasil prepara ações contra subsídios dos Estados Unidos se Doha fracassar - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 15/04/2008.....	19

Segunda Quinzena

Unctad prega aumento da concorrência - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 16/04/2008	20
Empresas de Brasil e EUA se unem por Doha – Marcelo Ninio – folha de São Paulo – Dinheiro – 19/04/2008.....	21
Pascal Lamy: Rodada de Doha pode ter avanços nas próximas semanas – O Globo – Economia – 21/04/2008.....	22
Doha não trouxe ganhos, diz Camargo Neto - Assis Moreira – Valor econômico – Brasil - 22/04/2008.....	23
Empresários pedem empenho a Lula e Bush - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 22/04/2008	24
Mercosul perde receita e fecha 2007 com prejuízo – Valor econômico – Agronegócios – 22/04/2008.....	25
País aceita ceder em acordo de Doha – Fábio Zanini – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/04/2008.....	25

Amorim: Doha tem de avançar até junho – O Globo – Economia – 23/04/2008.....	26
Amorim teme mais atrasos na Rodada Doha – Valor Econômico – Brasil - 23/04/2008	27
Itamaraty discute as exceções em acordo Sul-Sul – Valor Econômico – Brasil - 23/04/2008.....	28
Falta uma alternativa aos subsídios, diz Shannon - Sergio Leo, De Cancun – Valor Econômico – Especial - 23/04/2008.....	29
Crítica a biocombustível vem de lobby, diz especialista – Denise Godoy - Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/04/2008.....	33
País negocia com EUA fim de dupla tributação - José Meirelles Passos – O Globo – Economia – 29/04/2008.....	35

Brasil fará queixa na OMC sobre EUA, México e Malásia/Online - Jamil Chade – O Estado de São Paulo – 01/04/2008

O governo brasileiro levará à Organização Mundial do Comércio (OMC) uma série de queixas contra países que estejam dificultando as exportações de carne e produtos agrícolas com base em motivos sanitários. Na próxima quarta-feira, em Genebra, o Brasil promete questionar o governo americano, mexicano e da Malásia. O Itamaraty, depois de tanto ameaçar levar os europeus à OMC por causa das barreiras impostas em fevereiro à carne nacional, não incluiu a União Européia (UE) entre as queixas.

No que se refere às barreiras americanas, o Itamaraty e o Ministério da Agricultura explicam que uma série de normas foi imposta por Washington incrementando as necessidades de testes sanitários para os produtos agrícolas. Segundo Brasília, esses testes seriam desnecessários, discriminatórios e ainda afetariam a entrega dos produtos exportados. No caso da queixa contra o México, o principal problema se refere a novas leis estipuladas pelos latino-americanos e que colocam barreiras sobre a exportação de carnes nacionais.

A Europa gerou uma batalha dentro do governo brasileiro no início deste ano ao impor limitações ao número de fazendas no País que poderiam exportar carne bovina. O governo se apressou em anunciar que estaria pensando em levar a barreira à OMC. Mas nunca o fez. Na reunião desta semana do grupo de barreiras fitossanitárias da OMC, o tema sequer foi colocado na agenda. Em vez disso, o Brasil insistirá em criticar as medidas da Malásia que afetam as exportações nacionais.

As queixas, porém, ainda não significam o início de uma disputa legal nos tribunais da entidade. Mas são uma forma de exigir dos demais países uma resposta e ainda acusá-los de discriminação diante dos 151 membros da OMC.

O novo equilíbrio de poder na América do Sul / artigo – Michael Reid - Valor Econômico – 01/04/2008

Felizmente, o desfecho foi melodramático, e não trágico, terminando em abraços em vez de tiros. Mas os acontecimentos extraordinários nos primeiros dias de março, quando Venezuela e Equador mobilizaram tropas contra a Colômbia, reverberarão durante meses em toda a América do Sul. O confronto provocado pelo bombardeio contra o acampamento das Farc do outro lado da fronteira equatoriana por Super Tucanos da Força Aérea colombiana já evidenciou mudanças no equilíbrio de poder e influência na América do Sul. Para alguns analistas, o episódio ofereceu evidências adicionais do isolamento diplomático da Colômbia, de seu severo presidente, Álvaro Uribe, e dos gringos que o apóiam. Porém, um exame mais detido indica que os grandes perdedores com o episódio foram o venezuelano Hugo Chávez e os guerrilheiros das Farc. O status de Rafael Correa, loquaz presidente esquerdista equatoriano, após o incidente, é mais ambíguo. Os grandes vencedores foram a Colômbia e o Brasil.

A decisão de Chávez de tratar o bombardeio e a morte de Raúl Reyes, um dos altos comandantes das Farc, como um "casus belli" que exigia enviar tanques à fronteira e o rompimento de relações diplomáticas, não encontrou eco na região. Até mesmo Fidel Castro, em sua coluna no Granma, embora tenha expressado apoio a Correa, escreveu que

"a Colômbia é nossa amiga". A ação que matou Reyes foi caracterizada por Chávez como um "crime", mas, assim como sua anterior defesa do reconhecimento das Farc como força beligerante legítima, sua manifestação foi recebida com silêncio.

As ações de Chávez não receberam maior apoio na própria Venezuela. As pesquisas de opinião no país revelaram que mais de 80% dos entrevistados não queria uma guerra contra a Colômbia e não apoiava as Farc. Na realidade, os venezuelanos estão cada vez mais preocupados com a inflação galopante, com a incompetência governamental na administração do abastecimento de gêneros alimentícios, com os crimes violentos e com a corrupção.

Para os guerrilheiros, a morte de Reyes - seguida de perto pela de Ivan Ríos, outro dos sete membros do secretariado das Farc, morto por seu próprio guarda-costas - teve um impacto devastador. Até então, os guerrilheiros podiam alegar ter realizado uma retirada estratégica diante da ofensiva de Uribe contra eles, conservando uma estrutura invulnerável de comando. Não podem mais. Em seu primeiro mandato, de 2002 a 2006, Uribe expulsou as Farc do populoso terço central da Colômbia para as selvas e "llanos" no Sudeste, e para as áreas de fronteira. Mas uma prolongada operação envolvendo 15 mil soldados contra as bases da Farc na selva teve escassos resultados. O governo refinou sua estratégia. Nos últimos dois anos, as forças especiais colombianas e os serviços de inteligência, valendo-se de infiltração, informações de guerrilheiros desertores e tecnologia americana, atacaram a liderança das Farc. Diversos comandantes de médio escalão foram mortos, assim como Reyes e Ríos.

Essa pressão fez com que líderes das Farc cruzassem a fronteira e se instalassem em acampamentos permanentes no Equador e na Venezuela. Esse transbordamento da guerra é problemático para a Colômbia. A indignada defesa da soberania nacional equatoriana por Correa conquistou o apoio de muitos governos na região - e foi bem recebida pela opinião pública em seu próprio país. Mas a resolução acordada pelos ministros de Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos (OEA) não chegou a uma condenação inequívoca da Colômbia, pretendida por Correa. Se por um lado "rejeitou" o ataque e apoiou a inviolabilidade de territórios nacionais, por outro, comprometeu-se "em enfrentar ameaças à segurança provocada por (...) combatentes irregulares ou organizações criminosas".

Com vistas a esse cuidadoso equilíbrio, foi crucial o papel do Brasil. Quando o entrevistei em Brasília neste mês, Celso Amorim foi inequívoco em condenar as Farc e em expressar apoio ao governo democraticamente eleito da Colômbia. "Como lidar com as Farc é uma decisão colombiana, mas se o problema começar a transbordar, irá tornar-se um problema regional", acrescentou ele. "Um aspecto é cooperação em segurança - creio que todos os países devem fazê-lo". Como fazê-lo deve ser tema de um diálogo regional, argumentou ele.

Esse é um diálogo em que Uribe, sabiamente, deveria envolver-se. Ele entraria nesse diálogo armado com o conteúdo dos computadores de Reyes, desde que possa convencer o mundo de que as informações são verdadeiras e podem evidenciar a cumplicidade de Chávez e Correa com as Farc. Essa cumplicidade com um grupo cuja "raison d'être" tornou-se promover seqüestros e tráfico de drogas é inaceitável em uma América do Sul democrática.

Embora não o tenha dito, os comentários de Amorim refletem uma clara inflexão na política brasileira em relação à América do Sul. As amizades ideológicas do primeiro mandato de Lula parecem ter cedido lugar a uma abordagem mais pragmática centrada em

tentar administrar tensões na região - buscando, simultaneamente, oportunidades para cooperação quando surjam. Trata-se de um reconhecimento tácito de que é o empenho de Chávez em exercer influência na região, e não os EUA, a principal ameaça à liderança implícita do Brasil na América do Sul.

Michael Reid é editor de Américas da revista "The Economist", em Londres. Ele passa hoje a escrever mensalmente neste espaço.

Novas mudanças no setor agrícola - Gazeta Mercantil – 02/04/2008

Entrega maciça de terras ociosas, melhores preços para os produtores e descentralização das decisões: esse é o tripé da nova reforma agrária empreendida por Raúl Castro em Cuba para aumentar a produção de alimentos.

As Delegações de Agricultura, que serão constituídas até 10 de abril nos 169 municípios do país, são consideradas as peças-chave no processo de descentralização de decisões. A partir de "um novo conceito", essas delegações "terão poder para tomar decisões e assumir responsabilidades", disse o jornal oficial Granma.

Segundo Fidel e Raúl Castro, "os problemas atuais da sociedade cubana requerem respostas mais variada para cada problema concreto que as contidas em um tabuleiro de xadrez", o que explica a "municipalização" das soluções.

Dos 3,5 milhões de hectares cultiváveis da ilha, 32,6% pertencem a pequenos proprietários ou a Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPA), 42% às Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC, cooperativas em terras estatais) e o restante, a empresas estatais.

Contudo, dessa superfície, "51% estão ociosas ou exploradas de forma insuficiente", segundo fontes oficiais - um grave problema num momento de alta dos preços internacionais dos alimentos, cuja importação custa à ilha US\$ 1,5 milhão por ano.

Cúpula Unasul – O Globo – 02/04/2008

O ITAMARATY está correndo para organizar a cúpula presidencial que vai criar a União das Nações Sul-Americanas (Unasul). O encontro, que deveria ter se realizado em Cartagena, na Colômbia, em março, foi remarcado para dia 19, no Rio de Janeiro.

Países ricos vão importar menos - Jamil Chade – Estado de São Paulo – 02/04/2008

A Organização Mundial do Comércio (OMC) alerta que os fluxos de exportação e principalmente de importação dos países ricos devem cair em 2008. Segundo os economistas da entidade, o comércio deve “perder dinamismo” neste ano nessas economias. A expectativa, agora, é saber como isso vai impactar países como Brasil, China e Índia.

Dados da OMC já alertam que o ritmo de importação dos Estados Unidos, maior consumidor mundial, está em forte desaceleração. Em janeiro, a alta nas importações americanas foi de apenas 0,4% em volume em comparação com o mesmo mês de 2007. O resultado deve desencadear uma queda nas exportações de setores em toda parte do mundo que dependa do mercado americano. Para o diretor da OMC, Pascal Lamy, o Brasil deve se concentrar mais na competitividade de sua indústria do que em meramente garantir um superávit comercial de proporções elevadas. “O debate precisa ir além do tamanho do superávit do País. Se as importações estão aumentando por causa da compra de equipamentos e máquinas, isso significa que as empresas estão investindo”, afirmou.

Banco Mundial propõe "New Deal" agrícola – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/04/2008

O presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, fez um apelo para que os países acabem com o impasse na Rodada Doha de liberalização comercial, iniciativa tomada em 2001 pela Organização Mundial do Comércio e que não progrediu significativamente até agora. “Há um bom acordo na mesa. É agora ou nunca”, disse Zoellick.

O ex-negociador de Comércio Exterior dos EUA, que já foi chamado de “sub do sub” pelo presidente Lula, disse ainda que o diretor-gerente da OMC, Pascal Lamy, pretende realizar uma reunião com os ministros representantes dos países na Rodada nas próximas semanas e que “esse era o momento de decisão”. O tema deve ser um dos principais dos Encontros de Primavera do FMI e do Banco Mundial, no fim de semana que vem, em Washington. Zoellick falou de Doha no contexto do que chamou de “New Deal” (novo acordo, em inglês) para a política alimentar global, referindo-se ao conjunto de políticas implantado pelos EUA durante a Grande Depressão. Para o americano, o acordo comercial poderia ser usado para baratear os preços dos alimentos exportados para países em desenvolvimento.

“Os pobres precisam agora de preços mais baixos de alimentos”, afirmou. “Mas o sistema mundial de comércio de agricultura está preso ao passado. O momento de cortar subsídios distorcidos e de abrir os mercados para a importação de alimentos é agora.” Segundo sua proposta, que chamou de “ambiciosa”, as reduções das tarifas na agricultura e em bens industriais deverão seguir uma fórmula segundo a qual quanto mais alto o incentivo do governo à agricultura, maior a redução.

Para que o projeto saia do papel, Zoellick exortou pela mobilização de diversos parceiros, entre eles “países de grande experiência agrícola, como o Brasil”. (SD)

Abril será decisivo para Rodada Doha – Rosana Hessel - Gazeta Mercantil – 03/04/2008

Ontem, o presidente do Banco Mundial (Bird), Robert Zoellick, fez um alerta de que é "agora ou nunca" para a Rodada Doha, de negociações para a liberalização do comércio global no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Zoellick, que já foi o negociador dos Estados Unidos na Rodada Doha, iniciada em 2001, ressaltou a necessidade de um encontro ministerial "nas próximas semanas".

O diretor geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), André Nassar, concorda com essa afirmação, especialmente em referência ao mês de abril. "Se não houver um avanço neste mês nas negociações a fim de que a Rodada Doha, ela não será concluída neste ano", disse.

De acordo com Nassar, a expectativa dos negociadores é de que finalmente seja apresentado uma nova versão da proposta agrícola pela OMC ainda neste mês. Ele lembrou que existem dois pontos ainda indefinidos: a questão dos produtos especiais e a das salvaguardas especiais para países em desenvolvimento. Segundo o diretor do Icône, a expectativa é que esses dois pontos estejam mais claros no novo texto para que finalmente haja um avanço nas negociações. "A questão dos subsídios domésticos está clara. Os Estados Unidos só irão aceitar a proposta quando eles souberem quanto vão perder ou deixar de ganhar sobre esses dois pontos pendentes", acrescentou.

Nassar lembrou que a proposta atual impõe tetos limitadores para os EUA em relação à concessão de subsídios. Ele citou dois casos. Na soja, por exemplo, ele lembrou que os EUA já concederam aos agricultores US\$ 3,6 bilhões e, pela proposta da OMC só poderão conceder até US\$ 1,8 bilhão em subsídios. Já no caso do algodão, o teto proposto para os subsídios é de US\$ 1,5 bilhão enquanto os EUA já chegaram a conceder US\$ 4,1 bilhões.

Com relação à proposta do "New Deal" agrícola anunciada ontem por Zoellick, Nassar lembrou que essa idéia não está vinculada a Doha, pois o acordo na OMC é de longo prazo e esse acordo seria uma solução mais de curto prazo. "Há uma preocupação muito grande do Bird com o recente aumento dos preços dos alimentos. Os países pobres que dependem das importações são os mais atingidos."

Negociações UE-Mercosul – EFE - Gazeta Mercantil – 03/04/2008

Representantes de alto nível da União Européia (UE) e do Mercosul iniciaram ontem uma reunião de três dias para avaliar o estado das negociações entre os dois blocos e estudar a possibilidade de uma cúpula bilateral em maio.

No encontro será estudada a situação da negociação para um acordo de associação política e comercial, que está bloqueada desde o final de 2006, mas que se tenta reativar durante este mês, disseram fontes européias. A reunião de líderes aconteceria de forma paralela à cúpula entre a UE e América Latina e o Caribe que será realizada em Lima nos dias 16 e 17 de maio.

Brasil poderá sediar encontro – Gazeta Mercantil – 03/04/2008

O Brasil poderá sediar a reunião de Cúpula da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), que seria realizada no final de março na cidade colombiana de Cartagena. De acordo com o assessor especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, está sendo negociada nova data e é provável que o encontro de chefes de Estado de 12 países sul-americanos ocorra no Rio de Janeiro. Segundo ele, o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, teria aceito a mudança de local, mas ainda falta consultar os demais presidentes. Caso todos concordem, o encontro deverá ser realizado no começo de maio.

A reunião havia sido cancelada após o incidente diplomático envolvendo Colômbia, Equador e Venezuela a partir da operação militar colombiana contra acampamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em solo equatoriano. Equador e Venezuela recusavam-se a comparecer ao encontro em Cartagena. A cúpula foi ressuscitada na reunião do Grupo do Rio, em Santo Domingo, no começo de março - na ocasião, os presidentes dos três países deram a crise por encerrada. Até hoje, porém, o Equador não reestabeleceu relações diplomáticas com a Colômbia.

O governo brasileiro não pretende renegociar o contrato da Hidrelétrica de Itaipu com o Paraguai, assegurou Garcia. "Esse tema não está em discussão. Temos argumentos não só de natureza jurídica, mas de natureza técnica também. O Brasil já fez concessões importantes no sentido de eliminar uma série de fatores que poderiam criar alguma assimetria nas relações", afirmou ontem ao final do almoço no Itamaraty para o presidente da Eslovênia, Daniel Turk.

O governo paraguaio e a maioria dos candidatos à Presidência daquele país reivindicam a renegociação do acordo.

Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu o ex-bispo Fernando Lugo, candidato que lidera as pesquisas para Presidência do Paraguai e tem como uma de suas principais bandeiras a recuperação da soberania paraguaia sobre seus recursos naturais - o que inclui a revisão do contrato de Itaipu.

Pelo tratado de construção da Hidrelétrica de Itaipu, cada país tem direito a 50% da energia produzida pela usina, mas a energia não utilizada deve ser vendida ao outro a preço de custo. "Ele tem algumas reivindicações em relação aos temas do Tratado de Itaipu, e vão ser discutidas essas questões", disse Garcia. "Se ele for eleito presidente, vamos ter uma relação normal com ele, como teremos relação normal com qualquer outro presidente", afirmou.

Brasil se oferece para organizar cúpula – Jornal do Brasil – 03/04/2008

A crise provocada pela operação militar colombiana no Equador, no início de março – que deixou 20 mortos, incluindo o número 2 das Farc, conhecido como "Raúl Reyes" – atrasou a realização da cúpula presidencial extraordinária da União de Nações Sul-americanas (Unasul), que aconteceria em Cartagena, na Colômbia, semana passada. Na tentativa de retomar o diálogo e superar dificuldades na definição de nova data, o Brasil se ofereceu ontem para organizar o encontro em maio, no Rio.

O presidente Luiz Inácio "Lula" da Silva diz ter conversado com seu homólogo colombiano, Álvaro Uribe, que teria aceitado a idéia, garantido sua presença no encontro.

– Seria uma cúpula extraordinária para discutir especificamente os assuntos de integração e acordos que temos pendentes – comentou o ministro de Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, dando a entender que a intenção é conversar sobre assuntos em que os países já estejam de acordo.

Elogio

Em meio às pressões francesa e colombiana às Farc, o embaixador da Colômbia no Brasil, Tony Jozame Amar, disse, em tom de elogio, que o país pode ajudar na libertação de Ingrid Betancourt e outros reféns. O que dependeria da "vontade das Farc de libertá-los".

– Estamos muito satisfeitos com a posição do governo, encabeçada pelo chanceler Celso Amorim, ao afirmar que as Farc devem entregar os reféns pois, do contrário, não pode haver negociação – analisou Amar.

A comissão de mediação aceita pela Colômbia é formada pela Igreja Católica, Espanha, Suíça e França. Mas Amar reiterou que o país acolhe "com muito interesse" a participação de países amigos, como o Brasil, a quem destacou a atuação na resolução da crise desencadeada pelo ataque ao Equador em 1º de março. O diplomata elogiou também a decisão brasileira de não reconhecer o caráter de beligerância das Farc.

País questiona barreira dos EUA – Jamil Chade - O Estado de São Paulo – 03/04/2008

O Brasil questionou ontem uma série de medidas existentes nos Estados Unidos e que dificultam as exportações de ovos, frutas, frango e várias outras commodities. A lei estabelece que todas as vendas precisam passar antes por uma avaliação de impacto econômico e de como a entrada desses produtos afetam os pequenos produtores americanos.

O governo americano deixou claro ontem na Organização Mundial do Comércio (OMC) que essa é sua lei e que não há mudança prevista. Washington assegurou que a medida não interfere na avaliação fitossanitária dos produtos.

O Brasil afirma que a lei é um obstáculo e que alguns produtos podem levar até um ano para serem liberados para a exportação. O Itamaraty afirmou que vai continuar a tratar dos assunto bilateralmente com os Estados Unidos. J.C.

Lamy prevê reunião ministerial para maio – Gazeta Mercantil – 04/04/2008 - Crédito: Reuters

Havia expectativa de a OMC convocar os ministros a Genebra no final de março ou no início de abril para delinear um acordo sobre o livre comércio, cuja negociação, iniciada em 2001, está estagnada há alguns anos.[...]

Mais cedo, o comissário da União Européia de Comércio e negociador do bloco na Rodada Doha disse esperar que as nações possam chegar a um consenso em relação a um acordo geral nos próximos meses, discutindo um contrato mais detalhado nos próximos seis a oito meses.

Os ministros do comércio devem se reunir até o final de maio para trabalhar em um acordo sobre a Rodada Doha, afirmou ontem o diretor geral da Organização Mundial do

Comércio (OMC), Pascal Lamy. "Eu ficaria surpreso se precisasse dos ministros na cidade antes do final de abril", disse Lamy. "Mas não me surpreenderia se a reunião acontecesse no final de maio."

Lamy disse também, paralelamente a uma conferência de ministros de finanças e de comércio da União Africana na Etiópia, que as negociações em Genebra avançavam "dia após dia, noite após noite". Havia expectativa de a OMC convocar os ministros a Genebra no final de março ou no início de abril para delinear um acordo sobre o livre comércio, cuja negociação, iniciada em 2001, está estagnada há alguns anos.

Conversas a respeito de questões técnicas, como maneiras de proteger produtos agrícolas politicamente sensíveis dos cortes generalizados nas tarifas, estão tomando mais tempo do que o esperado. Lamy acrescentou que um acordo ainda seria possível antes do final do ano. "O acordo ainda é viável", avaliou.

Mais cedo, o comissário da União Européia de Comércio e negociador do bloco na Rodada Doha, Peter Mandelson, disse esperar que as nações possam chegar a um consenso em relação a um acordo geral nos próximos meses, discutindo um contrato mais detalhado nos próximos seis a oito meses.

O Brasil, assim como os Estados Unidos, está cada vez mais dependente de exportações e de uma economia global forte, o que só reforça a necessidade de se chegar a um acordo sobre Doha neste ano, disse ontem o vice-representante de Comércio dos EUA, John Veroneau. Ele afirmou que houve um "progresso tremendo" desde o ano passado na discussão sobre acesso a mercado para produtos agrícolas e se mostrou otimista de que um acordo possa sair nos próximos meses.

Mercosul e UE devem voltar a negociar no segundo semestre – Sérgio Leo – Valor Econômico – Brasil- 04/04/2008

Mercosul e União Européia devem retomar as negociações para o acordo de livre comércio entre os dois blocos no segundo semestre deste ano, previu o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

O avanço das negociações da rodada de liberalização comercial na Organização Mundial de Comércio (OMC), a chamada Rodada Doha, facilita a decisão das autoridades européias, argumenta Amorim.

Os empresários brasileiros já sentiram uma mudança de ânimo nos negociadores europeus e, apostando também na retomada, já iniciaram contatos com o setor privado europeu.

Em qualquer hipótese as negociações poderão avançar com a União Européia, afirmou Amorim. Se fracassarem as negociações para um acordo em torno das modalidades de abertura comercial, em discussão pelos diplomatas em Genebra, a rodada atrasará seu final em pelo menos dois anos e a Europa terá de buscar alternativas de acordos comerciais. Se houver um acordo preliminar sobre as bases da negociação na OMC, os europeus já poderão avaliar o tamanho das concessões adicionais que poderão fazer nas discussões com o Mercosul, avalia o ministro.

Os temores de recessão nos Estados Unidos e o risco de desdobramentos negativos para a economia mundial também funcionam como um estímulo a acordos para ampliar mercados entre parceiros globais, como a União Européia e o Mercosul, acrescenta a especialista Soraya Rosar, gerente-executiva da Unidade de Negociações Internacionais da

Coalizão Empresarial. Ela relata sinais de mudança de atitude por parte dos negociadores europeus, que, no segundo semestre do ano passado, pareciam voltados às discussões de abertura comercial com países asiáticos e desinteressados do Mercosul.

"Tínhamos saído do foco dos europeus, mas isso mudou", afirma Rosar, que disse ter se surpreendido pelo interesse demonstrado pelo chefe dos negociadores europeus, Karl Falkenberg, em fevereiro, ao participar de um seminário sobre as relações européias com o Mercosul.

Também no início do ano, os técnicos encarregados de negociar os acordos de livre comércio da União Européia com os países andinos fizeram questão de fazer uma escala em Brasília, aparentemente para sondar as possibilidades de retomada das negociações com o Mercosul.

O setor têxtil já se movimenta para buscar, com os empresários argentinos do mesmo segmento, uma posição conjunta para levar aos europeus e já recebeu ligações do setor privado uruguaio interessado em participar das conversas. "Temos interesses em avançar no acordo e os contatos se intensificaram nos últimos dias", comenta o diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), Fernando Pimentel.

Representantes da União Européia têm procurado os empresários, em conversas exploratórias sobre as condições de retomada das negociações de livre comércio, segundo Pimentel.

Um dos problemas para a volta à mesa de negociações é a tendência de recrudescimento das pressões protecionistas na Argentina, que se somam às reclamações dos europeus contra o sistema de tributação de importações do Mercosul, que passa a cobrar tarifas duplamente quando uma mercadoria estrangeira passa de um país ao outro dentro do bloco.

As dificuldades permanecem, mas, no caso da Argentina, há espaço para trabalhar, garante Soraya Rosar. A Coalizão Empresarial, que reúne exportadores brasileiros interessados nas negociações comerciais, tem reuniões com os empresários argentinos, nos próximos dias, para discutir o assunto.

Os empresários brasileiros farão uma reunião com os europeus em maio, no Peru, durante a reunião de cúpula União Européia-Mercosul, entre os dias 14 e 16, em Lima.

O ministro Celso Amorim disse não acreditar, porém, que seja possível avançar em discussões nesse encontro, que se realiza poucos dias antes da divulgação, em Genebra, das propostas dos coordenadores das negociações aos ministros dos países da Organização Mundial do Comércio, para a base do acordo da Rodada Doha. Em maio estará muito próximo, mas será possível retomar as conversas no segundo semestre, que, na Europa, começa em setembro, adiantou o ministro das Relações Exteriores.

Brasil vê avanço importante para 'dobrar' protecionistas – Assis Moreira – Valor Econômico – 04/04/2008

O diretor do Departamento de Negociações Sanitárias e Fitossanitárias do Ministério da Agricultura, Luiz Carlos de Oliveira, avalia que o Brasil deu "um passo importante" para derrubar barreiras que afetam suas exportações agrícolas nos EUA, Malásia e México. Não há nada concreto, mas Oliveira considera como "bastante positivas" as reações aos "problemas comerciais específicos" levantados pela delegação brasileira na reunião do Comitê de Medidas Sanitárias e Fitosanitárias (conhecido como Comitê SPS) da Organização Mundial do Comércio (OMC) esta semana.

No caso da queixa contra os EUA, Oliveira reconhece que o problema só pode ser resolvido com mudança na legislação americana. Mas se diz otimista porque Washington agora aceita "discutir" o problema, ocasionado pela lei que impõe avaliação de impacto econômico das importações agrícolas sobre os negócios de pequenos produtores americanos, o que pode atrasar as exportações.

Participante da reunião disse que os EUA retrucaram ao Brasil que as exigências se aplicam a todas as novas regulamentações, mas que as medidas de SPS são baseadas só em avaliação de risco.

A discussão agora entre o Brasil e os EUA voltará a ocorrer no Comitê Consultivo de Agricultura, provavelmente em maio. Oliveira disse que há dois anos e meio o Brasil tentava reunir esse comitê, mas os EUA retardavam a reunião.

Quanto à Malásia, Oliveira disse que esse país "se prontificou" a não implementar no seu teor original uma exigência de que cada frigorífico brasileiro que for habilitado a exportar carne para aquele mercado pague taxa anual de US\$ 30 mil.

Há 10 anos, o Brasil tenta atrair a Malásia a inspecionar os frigoríficos que fazem abate halal (segue os preceitos muçulmanos). Recentemente, o Mapa apresentou uma lista de 12 frigoríficos, a Malásia retrucou aceitando visitar quatro. Mas a visita ainda está indefinida. Ele considerou "insatisfatória" a resposta do México à queixa brasileira de que o país bloqueia a carne cozida e processada, quando os EUA e o Canadá, membros do Nafta, permitem a entrada do produto. Mas Oliveira avalia que os mexicanos estariam "dispostos" a resolver o problema bilateralmente.

Outro ponto positivo, a seu ver, é que a China agora aceita o princípio de regionalização e autoriza "teoricamente" a importação de carne bovina de Estados brasileiros livres de aftosa. Só tem um detalhe: até agora a China não enviou inspetores ao Brasil. Além disso, em contrapartida, a China quer exportar carne de aves processadas para o Brasil. Segundo Oliveira, na negociação para o Brasil habilitar exportadores de carne bovina para a China, Pequim pediu a habilitação de exportadores de seu frango processado. "Isso ocorre toda vez que um país pede uma coisa, o outro pede também". O problema é que o Brasil fez em 2005 uma inspeção sanitária na China e não habilitou nenhuma indústria de frango.

O representante brasileiro diz também que o Japão, após rejeitar duramente a regionalização, teria mostrado flexibilidade na negociação do tema na OMC, que ficou para julho. "Quanto mais o Brasil avança nas exportações agrícolas, mais aumentam as tentativas de restrições e precisamos vir com delegação de peso para influenciar os debates".

Sobre a União Européia, Oliveira diz que o bloco indicou que espera que o Brasil "volte a exportar o mesmo volume" de carne bovina de antes do embargo do produto.

Grupo chega a acordo sobre expansão de cotas agrícolas – Assis Moreira – Valor Econômico – 04/04/2008

Um grupo de seis membros-chaves da Rodada Doha - Brasil, Estados Unidos, União Européia (UE), Japão, Austrália e Canadá - alcançou ontem um acordo sobre como assegurar aumento das exportações de produtos considerados sensíveis, um ponto essencial para tentar avançar a negociação na Organização Mundial do Comércio (OMC). O entendimento entre os seis foi seguido de um racha no Mercosul e resistência dos outros exportadores e importadores agrícolas que não participaram das discussões.

"É mais um passo no processo, mas falta ainda discutir de maneira aprofundada com os outros países", afirmou o principal negociador comercial brasileiro, embaixador Roberto Azevedo.

O entendimento envolve a metodologia para garantir a expansão de cotas (determinado volume com tarifa menor) para produtos a serem designados como sensíveis. É uma compensação pelo corte tarifário menor a que esses produtos serão sujeitos como parte de um acordo da Rodada Doha. O atual texto do mediador para um acordo agrícola, Crawford Falconer, sugere que os importadores aumentem os volumes das cotas tarifárias de produtos sensíveis entre 4% e 6%, medido pelo consumo doméstico desses produtos.

Diante do impasse entre exportadores e importadores sobre a metodologia, os seis misturaram opções na mesa para a expansão das cotas ser "ambiciosa, mas flexível", segundo um negociador. Com isso, fica garantido mais volume ao exportador, mas o importador terá mais flexibilidade para dividir a cota.

Na prática, haverá um contrapeso para o problema de "diluição" causada pela inclusão de produtos processados no cálculo do consumo doméstico. Exportadores argumentavam que a inclusão de processados - como chocolates na categoria de açúcar ou cereais para o café da manhã como trigo - reduziria o volume das cotas para commodities básicas de exportações.

Agora, serão excluídos certos produtos processados do cálculo, sobretudo os da categoria de cacau e produtos de chocolate para calcular a cota de açúcar. E a UE poderá fixar não mais só uma, como hoje, mas duas cotas para açúcar, uma para o produto refinado e demerara e outra para os produtos com alto conteúdo de açúcar. Esse modelo pega todos os principais produtos de interesse exportador do Brasil, como carnes bovina, de frango, de porco etc.

Em outra concessão para a UE, o acordo estabelece que uma ampla percentagem da expansão das cotas também para cereais seja reservada a produtos básicos em vez de produtos processados. Para o açúcar, o máximo permitido para produtos processados será 10%.

Negociadores estimam que o acerto, fechado às 4h30 da manhã de ontem, fica próximo do modelo defendido pelo Brasil. Já a Argentina, que não faz parte dos seis, foi uma das primeiras a reagir ontem cedo. "Em princípio é uma saída pragmática, mas só para alguns membros que já receberam compensação através dessa negociação", disse ao Valor o embaixador Alberto Dumont. "A Argentina não está sendo compensada."

Além da suspeita de que países como o Brasil já teriam garantido sua parte, Buenos Aires quer tempo para digerir o complexo texto. Dumont notou que produtos como frutas e verduras não estão cobertos, além de outros pontos considerados insatisfatórios. O Uruguai também reagiu e quer saber o que afinal vai levar no acordo. "Quem não participou está reclamando", confirmou um participante do restrito grupo.

Um compromisso sobre a expansão de cotas tarifárias para produtos sensíveis é visto como a porta para resolver outras questões da negociação agrícola, como os tamanhos dos cortes das alíquotas. E um acordo na agricultura pode facilitar um entendimento nas áreas industrial, de serviços e regras (antidumping, subsídios).

A movimentação em Genebra é grande. Ontem, um grupo de exportadores e importadores se reuniu até às 23 horas. Novas reuniões estão marcadas para até a próxima sexta-feira, para tentar fechar um acordo entre todos. O diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, admitiu ontem que uma miniministerial - com cerca de 30 ministros e não com os 151 países-membros - pode ocorrer em meados de maio, em vez do fim deste mês, como ele mesmo estimou inicialmente.

Mas a expectativa é de os ministros só virem a Genebra realmente para a barganha final dos acordos agrícola e industrial. Curiosamente, serão os mesmos ministros que insistem que falta decisão política e que a bola está com os presidentes e não com eles.

Seminário debate rol de atores sociais no Sul-Sul – Folha de São Paulo – Mundo – 06/04/2008

Na moda pelas rotas que os unem diplomática e economicamente, as conexões Sul-Sul, como são chamadas as relações nos países do hemisfério, serão discutidas em seminário no Rio de Janeiro nesta semana, desta vez sob a ótica comparada da experiência de movimentos sociais e desenvolvimento.

O argumento dos organizadores do evento, promovido pelo projeto Sul-Sul da Clacso (Comitê Latino-americano de Ciências Sociais), é que é preciso aprofundar as ferramentas de análise dos movimentos no contexto que dizem ser "pós-neoliberal". Os temas vão dos dilemas e papéis dos movimentos sociais quando seus apoiados chegaram ao poder -caso de vários países da região, em especial da coalizão que elegeu Evo Morales na Bolívia- ao debate do duo pobreza-protesto na África do Sul pós-apartheid.

"A democracia na África, por exemplo, está se consolidando mediante a ação dos movimentos sociais. Em muitos lugares há democracias formais, mas quem questiona a efetividade dessa democracia são os movimentos, mais do que partidos políticos", Jacques Edgard François d'Adesky, que coordena o projeto da Clacso.

Houve dois encontros prévios do grupo -o da Ásia foi na Malásia; o da África, em Gana. No Rio, a Clacso vai promover dois seminários distintos: um no hotel Glória, reservado aos acadêmicos e à imprensa, que começa amanhã, e outro na Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), aberto ao público, com início na quarta.

Desafio do país é crescimento sustentável, diz Banco Mundial – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/04/2008

O Banco Mundial afirma que o principal desafio do Brasil no médio e longo prazos é crescer de forma sustentável e preservando o seu ambiente. Apontado ao lado de países asiáticos como uma das nações que mais desmatam no mundo, o Brasil recebeu elogios, no entanto, por iniciativas na área do biocombustível.

Para Zia Qureshi, principal autor do "Relatório de Monitoramento Global", divulgado ontem pelo Banco Mundial, o país precisa tomar precauções para que sua economia e a área de commodities agrícolas avance sem causar danos ao ambiente.

O Banco Mundial também acredita que o atual patamar dos preços das commodities agrícolas, que pressiona a inflação em várias regiões do mundo, seja uma oportunidade para destravar as negociações comerciais na OMC (Organização Mundial do Comércio).

Entre os entraves para as discussões, está a resistência dos EUA e da União Européia em diminuir seus subsídios agrícolas. Para o Bird, o aumento de mais de 15% no preço dos produtos agrícolas nos últimos 12 meses torna injustificável a manutenção desses subsídios.

Alta dos alimentos embaralha o comércio mundial e acirra Doha - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 14/04/2008

A crise da alta de preços dos alimentos embaralha as cartas do comércio internacional e deve acirrar o confronto na combalida Rodada Doha sobre quem pagará pelos ajustes na produção global.

Cerca de 30 países em desenvolvimento tiveram de reduzir tarifas, para estimular as importações de produtos agrícolas, ou restringir exportações para garantir seu próprio abastecimento interno.

O porta-voz da Organização Mundial do Comércio (OMC), Keith Rockwell, aponta "uma dinâmica diferente na negociação" no rastro da crise, mas admite que os países não mudaram de posição em Genebra - pelo menos não ainda.

Certos negociadores vêem o risco de a crise atrasar ainda mais a negociação global. "Políticos não podem ver gente protestando nas ruas e talvez desviem a atenção da negociação", avalia o embaixador da Noruega, Eirik Glenn.

Já para o principal negociador comercial do Brasil, embaixador Roberto Azevedo, os preços altos "facilitam o desfecho da rodada, porque os subsídios estão caindo".

A crise de alimentos começou a entrar na OMC com argumentos contraditórios. Para exportadores, incluindo os que limitam exportações, a crise deveria levar ao maior acesso possível a outros mercados. E países que estão tendo de estimular importações acham que a situação atual reforça a importância de segurança alimentar, e portanto estimular a produção local.

Os EUA dão menos subsídios agrícolas, cerca de US\$ 9 bilhões, pois seus agricultores precisam de menos ajuda. Mas, para o acordo, querem manter ampla margem.

Nesse cenário, analistas de várias tendências vêem a governança do comércio internacional totalmente desconectada da realidade.

O professor Jean-Pierre Lehman, do Instituto de Administração de Lausanne (IMD) e líder do Grupo de Evian (liberal), aponta incoerência das políticas dos governos. "Há em grande parte reação de pânico, mas os governos parecem não ter visto o pior. O espetáculo de Doha é um grupo de países bloqueados em posições táticas que representam políticas rígidas, incapazes de flexibilidade, enquanto a realidade muda dramaticamente. Doha é um símbolo da incapacidade de gerar os temas mundiais num espírito de cooperação."

Para um respeitado especialista em comércio, o indiano Chakravarthi Raghavan, governos de países em desenvolvimento que tentarem impulsionar uma agenda de liberalização correm risco de cair, como na Índia. No rastro da alta de preços, e para garantir comida aos pobres, mais governos serão forçados a dar subsídios a produtos básicos para suas populações.

Para ele, nenhuma regra comercial atual ou futura (se Doha avançar) pode alterar essa situação. Ainda mais com os sérios impactos em vários países em desenvolvimento, em particular com grandes populações pobres, como Índia, China, Indonésia e Egito, podendo criar mais distúrbios sociais, como o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI) advertiu.

"Os países ricos não podem cruzar os braços e ver os demais sofrerem, porque haverá desordens violentas, numa forma que nenhuma polícia ou Exército poderá frear, ao ponto em que a segurança e a paz internacional serão afetadas. A alta de preços já afeta até os pobres nos países ricos", diz Raghavan.

Essa situação pode perdurar. A FAO, agência da ONU para agricultura e alimentação, diz que a produção agrícola mundial vem crescendo menos que a demanda. A alta de preços pode ser "estrutural" e não simplesmente passageira, ameaçando jogar milhões de pessoas na "insegurança alimentar".

Para Martin Khor, importante ativista contra a liberalização comercial, isso reforça a tese de países asiáticos pela segurança alimentar. "A liberalização permitiu importação barata e desestimulou a produção interna. Agora veja, o Vietnã não quer exportar mais arroz para Tailândia. E importadores querem ter sua própria produção."

Para a Argentina, o que está em jogo em Doha é o custo do ajuste na produção global. "O mundo está mudando, há problemas estruturais nos países industrializados e nos países em desenvolvimento, e é necessário um ajuste em geral para melhorar a distribuição dos recursos em nível mundial", disse o subsecretário de comércio internacional Ernesto Stancanelli. "Está faltando alimentos porque não foram dadas condições aos países em desenvolvimento para produzir mais. Essa [crise] é consequência dos subsídios distorcivos dos ricos. E o custo do ajuste tem de ser dos países ricos, com forte corte de subsídios e de tarifas e mais flexibilidade para políticas públicas pelos países em desenvolvimento."

O brasileiro Azevedo crê que um acordo em Doha ajudaria ainda a agricultura familiar, com impacto nos fluxos migratórios, reduzindo inchaço e violência urbanas.

Já Simon Evenett, professor de comércio internacional na Universidade de St. Gallen (Suíça) avalia que, com os preços baixos de hoje, um acordo agrícola não terá impacto real na redução dos subsídios - o que alimenta a discussão sobre concessões que países como o Brasil estariam dispostos a fazer para fechar o acordo.

Azevedo contesta essa visão. "Toda negociação exige um balanço de compromissos, e ela não pode ser conduzida olhando apenas para o curtíssimo prazo. Nada garante que

dentro de poucos anos os preços não voltem a recordes historicamente baixos, como aconteceu pouco depois da Rodada Uruguaí", afirma ele.

Além do problema de alimentos, a inflação pressiona nos EUA e na Europa. A grande liquidez e a conseqüente desvalorização do dólar contribuíram para a inflação global e a alta dos preços de commodities e petróleo.

De um lado, países em desenvolvimento podem ter mais o que fazer atualmente. E um acordo agrícola e industrial proximamente, sem calendário de concessões (até que o fast track seja obtido pelo governo dos EUA), está destinado ao fiasco - porque de toda maneira uma nova administração nos EUA iria querer rediscuti-lo, avalia Raghavan.

País contará com adido agrícola em 8 embaixadas – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/04/2008

Pesquisa de mercados e negociações de temas sanitários serão prioridades - Cargos serão criados por decreto presidencial após meses de negociação nos bastidores entre Itamaraty e Ministério da Agricultura

Após meses de negociação nos bastidores entre os ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura, o governo decidiu criar o cargo de adido agrícola em oito embaixadas no exterior para pesquisar mercados e facilitar negociações sobre temas sanitários.

Os cargos serão criados por meio de um decreto presidencial, cujo texto está na Casa Civil da Presidência e será publicado no "Diário Oficial" da União nos próximos dias. Os destinos escolhidos foram as embaixadas brasileiras na Argentina, na China, no Japão, na Rússia, nos Estados Unidos, na África do Sul, em Bruxelas -por ser a capital da União Européia- e em Genebra, onde fica a sede das Nações Unidas na Europa. O Itamaraty não comenta o assunto oficialmente. A assessoria de imprensa do ministério confirmou apenas que o texto do decreto presidencial já passou por lá, e que o diálogo técnico foi concluído.

Segundo a Folha apurou, os diplomatas brasileiros resistiram à idéia, não queriam o título de "adido" e insistiam para que os ocupantes dos postos recebessem algum treinamento em diplomacia. O Itamaraty também tinha o receio de nomeações políticas. Para resolver esses detalhes, ficou acertado que os futuros adidos agrícolas deverão ser funcionários concursados do Ministério da Agricultura -veterinários ou engenheiros agrônomos. Depois de escolhidos, eles ainda passarão por treinamento no Instituto Rio Branco durante seis meses, antes de assumir as funções.

O Ministério da Agricultura espera que os primeiros adidos agrícolas iniciem o trabalho dentro de no máximo nove meses, provavelmente ainda neste ano. Um dos maiores produtores mundiais de grãos, o Brasil entra atrasado nessa seara. Muitas embaixadas estrangeiras localizadas em Brasília, por exemplo, contam com especialistas nessa área há décadas.

Funções - Na prática, os adidos não serão apenas auxiliares dos diplomatas. A idéia é dar autonomia a esses técnicos para um trabalho independente.

Sozinhos, deverão fazer a prospecção de mercado para setores específicos da agricultura, para identificar produtos do agronegócio brasileiro que não entram em determinados países ou cuja exportação pode aumentar.

Como haverá apenas oito adidos inicialmente, serão responsáveis por uma série de assuntos e regiões. De Pretória o técnico acompanhará todo o mercado africano, por exemplo. Em Genebra, vai monitorar discussões e mudanças em regras sanitárias.

Uma outra função importante será auxiliar grupos do agronegócio brasileiro em compras internacionais, fornecendo informações gerais sobre o mercado de tratores ou colheitadeiras, por exemplo, em determinado país.

"É uma reivindicação histórica do setor, há muito tempo estamos pedindo isso porque é uma absoluta necessidade. O embaixador e a sua equipe diplomática não têm obrigação de conhecer a rotina do comércio e entender a linguagem do mercado", disse Gilman Viana Rodrigues, secretário de Agricultura de Minas Gerais e presidente do Conseagri (Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Agricultura).

Brasil prepara ações contra subsídios dos Estados Unidos se Doha fracassar - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 15/04/2008

Se não houver um acordo agrícola nas próximas semanas na Rodada Doha, uma das primeiras atitudes do Brasil será "retomar" na Organização Mundial do Comércio (OMC) a disputa contra 88 programas de subsídios agrícolas dados pelos Estados Unidos. Foi o que indicou ontem o chefe da divisão de contenciosos do Itamaraty, ministro Flávio Marega, reconhecendo que o painel (comitê de especialistas) aberto pelo Brasil e Canadá contra os americanos ficou em "banho-maria" desde o fim do ano passado, esperando os rumos da negociação global.

Os Estados Unidos tinham reclamado que o Brasil e o Canadá denunciavam excesso de subsídios em programas que teriam deixado de existir há mais de cinco anos. Já os brasileiros defendiam o contencioso para pressionar em plena negociação. Na prática, o contencioso ficou no ponto morto. Nem os três juízes do caso foram escolhidos até hoje. Marega afirma que, em todo caso, com ou sem rodada, outras disputas poderão ser abertas pelo Brasil, mirando sobretudo barreiras sanitárias e técnicas, que aparecem como último bastião do protecionismo agrícola.

De outro lado, o país aguarda se a União Européia voltará à OMC na briga dos pneus. Os europeus queriam que o Brasil reabrisse o mercado para a entrada de pneus remoldados, o que Brasília recusou. Já no Mercosul, um acordo deve levar os quatro sócios a não mais importarem pneus usados de fora do bloco, mas poderão fazer uma "gestão regional" desses produtos, ou seja, a exportação entre eles continuaria - algo que a UE considera discriminatório.

O Brasil mantém a expectativa de um acordo agrícola e industrial em maio. Para isso, o Mercosul, por iniciativa do Brasil, fez uma pequena concessão na negociação industrial ontem, abrindo mão de exceção ilimitada em termos de valor de importação para proteger setores industriais sensíveis. Os europeus e europeus diziam não aceitar isso de toda maneira.

Já a China, o país que mais vai ganhar na área industrial, pediu entre três a cinco anos de prazo a mais que outros emergentes para abrir mais o próprio mercado, provocando a imediata rejeição de Washington e Bruxelas.

Além da dramática crise de alimentos que se seguiu à grave crise financeira internacional, a atitude do Congresso americano de engavetar a aprovação do acordo comercial EUA-Colômbia preocupa negociadores em Genebra. O freio ocorreu mesmo depois de o acordo ter sido reaberto por exigência dos democratas para incluir cláusulas ambientais e trabalhistas. A democrata Nancy Pelosi, presidente da Câmara dos Deputados, argumentou que não era tempo para o acordo, visto a deterioração da situação econômica. A questão é como será diferente com Doha.

Também há expectativa sobre a capacidade de os emergentes conseguirem fechar um acordo comercial Sul-Sul, para reduzir tarifas entre países em desenvolvimento. A decisão será tomada à margem da grande reunião da Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), na semana que vem em Acra (Gana). O problema é a Índia, que quer excluir 30% de suas linhas tarifárias de reduções. A Malásia e a Tailândia, porém, consideram isso inaceitável e resistem até à proposta modesta do Mercosul, de exclusão de 5% dos produtos.

Unctad prega aumento da concorrência - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 16/04/2008

As Nações Unidas incrementaram o debate global em torno da crescente inflação dos alimentos e alertaram que o aumento dos lucros proporcionados pelas exportações agrícolas está beneficiando menos os agricultores dos países em desenvolvimento e mais as agroindústrias processadoras de matérias-primas, as tradings e as grandes redes de supermercados.

A análise é baseada na enorme concentração na distribuição dos alimentos, comparada à fragmentação do lado da oferta. E ajuda a explicar a diferença crescente entre o que os consumidores pagam e o que os produtores agropecuários de fato recebem.

Diante disso, a Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) prega que a nova realidade no comércio internacional, caracterizada por demanda duradoura e alta de preços, exige que os países reforcem com urgência suas políticas de concorrência agroindustrial. Em plena crise, o tema será colocado aos chefes de Estado e dezenas de ministros que participarão da grande reunião do órgão na próxima semana, em Accra (Gana).

O índice de preços da Unctad para as commodities (exclui petróleo) alcançou recentemente seu maior nível em dólar desde 1960. Aumentou 159% entre janeiro de 2002 e janeiro de 2008. As matérias-brutas de origem agrícola subiram 133%, enquanto os preços de metais e minerais progrediram 285% no período.

O aumento atual dos custos mundiais de quase todos os gêneros alimentícios repercute na cadeia de valor e abastecimento, pressionando a inflação e causando mais

insegurança alimentar, sustenta a Unctad. A entidade nota que é esse movimento que leva cada vez mais governos a adotar medidas para controlar a situação. Para a agência da ONU, sem uma política de concorrência adequada, a situação tende a se agravar.

E a preocupação cresce. Na França, Christine Lagarde, ministra da Economia, convocou uma mesa-redonda com produtores, processadores e supermercados depois de constatar uma elevação média de 5% nos preços ao consumidor, mas com alguns alimentos subindo até 27% em um ano.

Nos países industrializados, a população gasta entre 10% e 15% da renda com alimentos, enquanto nos países em desenvolvimento esse percentual varia de 50% a 75%, de acordo com economistas. Daí porque a Unicef, fundo das Nações Unidas para a infância, qualifica a situação atual de "bomba de efeito retardado" e teme que mais crianças nos países pobres abandonem a escola para trabalhar e ajudar as famílias a comprar comida.

A previsão é que a fatura de importação de cereais dos países da África deverá aumentar de US\$ 6,5 bilhões, na temporada 2002/03, para US\$ 14,6 bilhões em 2007/08. Na Ásia, a conta tende a subir de US\$ 7 bilhões para US\$ 15,4 bilhões na comparação. Em outros países mais pobres e com amplo déficit de alimentos, apenas a importação de trigo poderá saltar de US\$ 7,8 bilhões para US\$ 19,1 bilhões no intervalo.

O Programa Alimentar Mundial (PAM) informou que 80% dos alimentos que distribuiu à população pobre em 70 países foram comprados de produtores locais, e pontuou que as aquisições foram realizadas "de maneira equilibrada" para não provocar mais inflação nesses países.

PAM aumentou sua necessidade de recursos para este ano de US\$ 2,9 bilhões para US\$ 3,4 bilhões, justamente em virtude da elevação dos preços. Mas dos US\$ 500 milhões adicionais que pediu à comunidade internacional, só recebeu até agora US\$ 14 milhões, apesar de a crise de alimentos ter entrado com força na agenda política mundial.

Empresas de Brasil e EUA se unem por Doha – Marcelo Ninio – folha de São Paulo – Dinheiro – 19/04/2008

Algumas das maiores empresas do Brasil e dos EUA decidiram se unir para dar apoio à Rodada Doha. Presidentes de gigantes como Vale, Odebrecht, Embraer, Coca-Cola, Intel e General Motors enviaram ao diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), Pascal Lamy, uma cópia da carta que encaminharam a seus governos na semana passada, pedindo um acordo de liberalização do comércio global.

A inédita união surpreendeu alguns negociadores em Genebra, já que as agendas dos empresários brasileiros e americanos nem sempre coincidem em relação às negociações de abertura dos mercados iniciadas em Doha em 2001. Além disso, alguns setores industriais brasileiros têm demonstrado resistência à abertura comercial negociada em Genebra.

Na carta enviada aos governos, os empresários dizem que a Rodada Doha "é uma oportunidade relevante, de grandes promessas, e o momento de ação decisiva é chegado".

Após tantos prazos frustrados em mais de seis anos de negociações, poucos arriscam falar em datas, mas o calendário atualmente discutido pelos negociadores prevê reunião ministerial em Genebra a partir de 19 de maio. Essa meta, contudo, já está em perigo devido às divergências nas conversas sobre a liberalização agrícola.

Ontem mais uma reunião na OMC sobre agricultura terminou em impasse, devido à resistência à proposta feita por seis países, entre eles o Brasil, para proteger produtos sensíveis do corte de tarifas. Segundo Crawford Falconer, mediador das negociações agrícolas, os países-membros pediram mais tempo para estudar a proposta, o que pode torpedear o calendário. "A opinião da maioria é que os países precisam de mais tempo, apesar de saberem que não têm tempo", disse.

Pascal Lamy: Rodada de Doha pode ter avanços nas próximas semanas – O Globo – Economia – 21/04/2008

ACRA (Gana). As negociações sobre as regras do comércio global podem ter avanços importantes nas próximas semanas, prevê Pascal Lamy, diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Conhecidas como Rodada de Doha, essas discussões sobre comércio — que foram retomadas com força nos últimos dois meses — representam uma tentativa de impulsionar a economia mundial e ajudar as nações em desenvolvimento a exportar mais.

— No momento em que um avanço muito importante é factível nas próximas semanas, estamos esperançosos de que essa conferência possa ajudar a completar a tarefa — afirmou Lamy, durante a 12ª Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), em Acra, Gana. — Se nós tivermos um texto de compromisso sobre subsídios agrícolas, tarifas agrícolas e industriais no fim de abril ou no começo de maio, eu acho que um encontro ministerial pode acontecer no fim de maio.

Interesses de países freiam decisões da Rodada de Doha

Iniciada em 2001, a Rodada de Doha se traduz em negociações entre as maiores potências comerciais do mundo, no âmbito da OMC, a fim de diminuir as barreiras e, assim, estabelecer o livre comércio. A rodada, contudo, arrastase há anos por causa de rachas entre os países, sobretudo quanto à abertura do comércio agrícola.

Países exportadores agrícolas, como o Brasil, por exemplo, querem derrubar subsídios da Europa e dos Estados Unidos, mas estes alegam que já deram um passo nesta direção e que agora esperam que mercados emergentes derrubem suas barreiras ao comércio industrial e de serviços.

Doha não trouxe ganhos, diz Camargo Neto - Assis Moreira – Valor econômico – Brasil
- 22/04/2008

O acordo agrícola na Rodada Doha, que o Brasil e outros países querem fechar no mês que vem em Genebra, é contestado por setores do agronegócio do país. Pedro de Camargo Neto, presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Carne Suíça, denuncia que será "triste" o país aceitar o acordo "pífio, entre modesto e medíocre" que está na mesa de negociação.

Ele refuta avaliação do Itamaraty de que o o setor agrícola já "embolsou" os ganhos da Rodada Doha. "O que o setor embolsou não tem nada ver com Doha", afirmou, insistindo que que a liderança do Brasil na negociação na Organização Mundial do Comércio (OMC) trouxe na prática poucos ganhos. "Ao longo de duas rodadas de negociações em vinte anos, o Brasil se transformou em potência agrícola, é o líder exportador de inúmeros produtos, e nada disto ocorreu em função de negociação comercial", afirmou.

"Foi o Itamaraty que precisou da agricultura para ser líder. A única mesa G-4 (com os EUA, UE e Austrália) que o Brasil senta é uma de negociação agrícola como resultado da pujança do agricultor brasileiro e não da diplomacia. Felizmente, a agricultura brasileira não precisou ou precisa da negociação da OMC", disse.

Para Camargo Neto, "faltou ousadia ao Brasil em Doha. A prioridade do Itamaraty não foi comércio, muito menos agrícola. A agricultura brasileira, líder de fato no comércio, abriu espaço político para eles", argumenta. Ele avalia que a agricultura brasileira terá "na melhor das hipóteses um pequeno avanço" na abertura dos mercados dos países desenvolvidos, em particular da União Européia. Ganhará aumentos de cotas para alguns produtos que representarão preços melhores, porém dentro do mesmo volume já exportado.

Na briga contra os subsídios, onde o confronto é com os Estados Unidos, ele reclama que o Tesouro norte-americano continuará com pouca restrição para apoiar seu agricultor, maior concorrente brasileiro nos mercados asiáticos em expansão.

Sua conclusão é de que "conseguimos, com clareza, apenas o fim dos subsídios à exportação, proibidos há 30 anos no setor industrial, eliminados há 10 anos das políticas norte-americanas, e com fim anunciado há 5 anos pela União Européia, e que deve ser ratificado em Doha".

Camargo Neto critica o posicionamento -"no mínimo tímido" - do país no debate global sobre a alta dos preços agrícolas. "O único discurso que mostramos nos fóruns internacionais é o de defesa do etanol, certamente por decisão pessoal do presidente Lula, e não estratégia da diplomacia comercial", afirma.

"O Brasil, o país que deve apresentar maior resposta em volume para o crescimento da demanda de alimentos, ao invés de utilizar o momento para propor alternativas e soluções para a fome no mundo, parece estar mais preocupado com o fim da Rodada mesmo com resultado pífio", completou.

Empresários pedem empenho a Lula e Bush - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 22/04/2008

Os CEOs de um grupo selecionado de grandes empresas de Brasil e Estados Unidos enviaram uma carta para ambos os governos em favor da Rodada Doha, da Organização Mundial de Comércio (OMC). Assinado por 20 presidentes de empresas, o documento solicita que os dois países exerçam sua liderança para atingir uma conclusão bem sucedida das negociações multilaterais de comércio ainda esse ano.

Do lado brasileiro, estão Coteminas, Banco Safra, Camargo Corrêa, Vale, Odebrecht, Embraer, Gerdau, Stefanini, Cutrale e Votorantim. Do lado americano, International Paper, General Motors, Cargill, Citibank, Motorola, Cummins, Intel, Coca-Cola, Illinois Tool Works e Alcoa. Esse grupo de CEOs foi formado recentemente a pedido dos governos de Brasil e EUA para sugerir medidas que contribuam para o incremento do comércio.

De acordo com Josué Gomes da Silva, presidente da Coteminas e co-chairman do grupo pelo lado brasileiro, a mensagem é sintética e destaca a importância da conclusão das negociações nas áreas agrícola, industrial e de serviços. "Colocamos de forma enfática a importância do avanço na questão agrícola e de serviços", diz Gomes da Silva. "Dependendo dos termos da negociação, a indústria também pode ser beneficiada", completa.

Para Marco Antônio Stefanini, presidente da Stefanini IT Solutions, o Brasil tem muito a ganhar em serviços. "Nosso mercado já tem uma abertura grande. Somos competitivos. O Brasil poderia tratar de forma mais agressiva esse assunto", ressalta. Ele ressalta que o mercado mundial de serviços de tecnologia da informação gira em torno de US\$ 1,2 trilhão. Desse total, US\$ 700 bilhões são terceirizados e US\$ 100 bilhões provêm dos serviços offshore. Neste último caso, o serviço é prestado no Brasil ou na Índia, mas o cliente está nos Estados Unidos ou na Europa.

No documento, os CEOs reconhecem que "toda nação deve contribuir significativamente" para a conclusão da Rodada Doha. O documento reconhece que os países possuem temas politicamente sensíveis e preocupações econômicas - uma referência indireta a crise financeira nos EUA. Mesmo assim, insiste na conclusão de um acordo ambicioso e equilibrado na OMC.

O documento também menciona um futuro acordo bilateral entre Brasil e Estados Unidos. Segundo Gomes da Silva, da Coteminas, a função do fórum é fortalecer os laços econômicos dos dois países, portanto, um pedido de entendimento bilateral não poderia ser deixado de fora. Ele defende que, se não for possível alcançar um acordo irrestrito, Brasil e EUA deveriam investir em acordos setoriais. O empresário conta que as negociações entre os setores privados na área têxtil já estão caminhando.

Mercosul perde receita e fecha 2007 com prejuízo – Valor econômico – Agronegócios – 22/04/2008

Pressionado pela queda da oferta e pelo avanço dos preços dos animais para abate no Rio Grande do Sul, o Frigorífico Mercosul reduziu a produção e fechou 2007 com prejuízo consolidado de R\$ 63,8 milhões, ante lucro de R\$ 9,6 milhões em 2006. A receita bruta caiu 5,4%, para R\$ 776,8 milhões, enquanto as vendas líquidas diminuíram 8,3%, para R\$ 684,9 milhões. A participação das exportações sobre as vendas encolheu de 47,1% para 27,9%.

O Mercosul ampliou em 22,2% a capacidade de abate ao longo de 2007, chegando 6,05 mil cabeças por dia em dez plantas em cinco Estados. Para setembro está prevista a inauguração da unidade de Tucumã, no Pará, capaz de abater 1,5 mil animais por dia. Com a escassez de matéria-prima, porém, a operação ficou num ritmo de 3,6 mil animais/dia em 2007, totalizando 553 mil cabeças, ante mais de 700 mil em 2006. Segundo o frigorífico, de 2005 a 2007 o preço médio da arroba gaúcha passou de R\$ 50 para R\$ 70.

No início de abril, a falta de animais também fez a empresa suspender os abates na planta de Capão do Leão (RS), de capacidade para 800 cabeças/dia. O mesmo ocorreu com o frigorífico Extremo Sul, da mesma cidade, que presta serviços para o Mercosul, com capacidade diária de 350 animais.

As condições adversas de mercado em 2007 levaram o frigorífico a apurar margem bruta negativa de 1,8%, ante a margem positiva de 9,7% de 2006. O lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações (Ebitda) recuou de R\$ 40,5 milhões positivos para R\$ 58,9 milhões negativos, e as despesas financeiras líquidas subiram 36,7%, para R\$ 15,4 milhões.

A empresa tem como sócio o gestor de fundos de private equity AIG Capital Investments, com 37,8% de participação. Segundo um analista de mercado, as informações do balanço revelam que o Mercosul está com bons controles internos e em condições de abrir o capital, mas a situação do mercado não favorece a medida. No ano passado o presidente do frigorífico, Mauro Pilz, admitiu a disposição de ir à Bolsa de Valores.

País aceita ceder em acordo de Doha – Fábio Zanini – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/04/2008

Itamaraty concorda com manutenção de parte das subvenções agrícolas adotadas por nações ricas - Chanceler Celso Amorim afirma ser necessário haver "redução substancial" em pagamentos a agricultores de países industrializados

O Brasil está disposto a aceitar a manutenção de parte dos subsídios agrícolas dos países ricos, se esse for o preço para concluir a bastante atrasada Rodada Doha da OMC (Organização Mundial do Comércio).

A promessa foi feita ontem em Acra, capital de Gana, por um dos principais negociadores dos países em desenvolvimento, o chanceler brasileiro, Celso Amorim.

Teria que haver, no entanto, uma redução "substancial" desses subsídios para que um acordo ocorra, segundo Amorim, que não citou de quanto seria tal diminuição.

"No caso dos subsídios internos, o correto seria acabar. Mas na política se tem que lidar com realidades. Talvez acabar seja muito difícil, mas uma redução substancial é importante em relação ao que é permitido hoje", afirmou Amorim, pouco antes de deixar o país, onde participou da conferência da Unctad, órgão das Nações Unidas para o desenvolvimento.

Os subsídios internos são aqueles que os países ricos (europeus, EUA e Japão, principalmente) oferecem a seus agricultores, fechando, assim, seus mercados às importações. São, por isso, os mais difíceis de eliminar politicamente.

Além deles, há os subsídios à exportação, quando os países auxiliam seus produtores a vender produtos para fora, freqüentemente tirando outros mercados de países pobres. Esses devem acabar totalmente, segundo Amorim.

O pragmatismo do brasileiro, conhecido por ser um negociador duro, é movido pela urgência de fechar logo um acordo.

Amorim reuniu-se ontem com o diretor-geral da OMC, o francês Pascal Lamy, em Acra, e disse que é preciso concluir a rodada neste ano, porque a nova administração norte-americana, que assumirá em janeiro, deverá levar um tempo para se inteirar do processo, atrasando-o ainda mais. A Rodada Doha se arrasta há sete anos, e a questão agrícola se mantém como grande entrave.

"Além de um certo momento em junho, será tarde demais. Estou realmente preocupado com isso", disse Amorim.

Amorim: Doha tem de avançar até junho – O Globo – Economia – 23/04/2008

ACRA (Gana) e BUENOS AIRES. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, está preocupado com o pouco tempo que a Organização Mundial do Comércio (OMC) tem para concluir as negociações da Rodada de Doha, que já duram sete anos. Após reunião com o secretáriogeral da OMC, Pascal Lamy, em Acra, capital de Gana, Amorim disse considerar muito difícil um acordo caso as negociações avancem para o segundo semestre. Já Lamy acredita na possibilidade de um acordo sobre comércio global até o fim de maio.

— Lamy está um pouco otimista.

Eu também estou, mas acho que existe um caminho a percorrer — afirmou Amorim.

O ideal, segundo ele, é concluir o quanto antes um acordo sobre tarifas e subsídios agrícolas, para que uma rodada final de negociações ocorra bem antes das eleições presidenciais dos EUA, em novembro.

O chanceler não acredita que o resultado das eleições possa interferir na atual etapa das negociações, mesmo que os democratas saiam vitoriosos.

Para Amorim, se o acordo for fechado até o fim do ano, dificilmente será modificado.

Perguntado se seria firmado um acordo menos detalhado, para permitir o fechamento da rodada neste semestre, Amorim disse que não se pretende fechar um pacto apressado. Segundo ele, qualquer que seja o formato, tem que haver uma percepção clara de ganho por parte dos países em desenvolvimento.

Em Buenos Aires, o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Ivan Ramalho, reuniu-se com autoridades argentinas para avançar na negociação sobre o novo regime automotivo entre Brasil e Argentina, que entrará em vigência no dia 30 de junho, quando vence o acordo atual.

Ramalho antecipou que o novo regime terá vigência de cinco anos. Após esse prazo, o comércio será liberado. Haverá ainda compromissos de investimentos brasileiros no setor de autopeças argentino.

Hoje, o secretário aproveitará a visita para conversar com seus colegas argentinos sobre as exportações de trigo para o mercado brasileiro, prejudicadas pela disputa entre a Casa Rosada e os produtores agropecuários do país.

— Temos de saber se vão reabrir ou não as exportações, porque se não reabrirem, teremos de importar de outros países. O que não podemos é não ter trigo, porque esse produto influencia os índices de inflação — enfatizou Ramalho.

Amorim teme mais atrasos na Rodada Doha – Valor Econômico – Brasil - 23/04/2008

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse, ontem, que está preocupado com o pouco tempo que a Organização Mundial de Comércio (OMC) tem para concluir as negociações comerciais globais da Rodada de Doha, que já duram sete anos. Depois de se reunir com o secretário-geral da OMC, Pascal Lamy, em Acra, capital de Gana, na África, Amorim disse considerar muito difícil que se chegue a um acordo, caso as negociações avancem para o segundo semestre. Lamy, ao contrário, acredita na possibilidade de as negociações convergirem para um acordo até o fim de maio.

"Pascoal Lamy está um pouco mais otimista. Eu também estou otimista, mas acho que ainda existe um caminho a percorrer e estou um pouco preocupado com o passar do tempo. Estou cada vez mais preocupado que maio possa ficar para junho e, se passarmos de um dado momento em junho, pode ficar muito tarde. Estou realmente preocupado com isso", disse Amorim, em entrevista em Acra, onde participa da 12 Conferência das Nações Unidas pelo Comércio e Desenvolvimento (Unctad).

O ideal, segundo ele, é que os negociadores concluam o quanto antes um acordo revisado sobre tarifas e subsídios agrícolas, para que uma rodada final de negociações possa ocorrer bem antes das eleições presidenciais dos Estados Unidos. "Uma coisa que sabemos é que não podemos adiar a eleição americana, por isso acho que é muito importante que todos, incluindo o presidente do comitê agrícola, estejam cientes desse fato", disse Amorim.

O chanceler brasileiro disse não acreditar que o resultado das eleições nos EUA possa interferir na atual etapa das negociações da Rodada Doha, mesmo que os democratas

saíram vitoriosos do pleito de novembro: "Não me preocupo muito sob esse aspecto. Tradicionalmente, os democratas são mais protecionistas, mas é mais na área industrial e o que está em jogo aqui, sobretudo, é a área agrícola."

"Não acho que se vai fechar de qualquer maneira, acho que tem que se fechar um bom acordo. Pode não ser o acordo ideal para todos, mas acho que se fechará um bom acordo, que criará limitações efetivas na área de subsídios, que vai criar algum acesso a mercados importantes na Europa e EUA", disse Amorim.

Para Amorim, se o acordo for fechado até o fim do ano, dificilmente será modificado. "Antes era uma coisa diferente. Era como se fosse um acordo entre os Estados Unidos e a União Européia, na prática era isso, com Brasil e Índia pegando uma pontinha aqui, Japão uma outra ali. Hoje será um acordo efetivamente entre 150 países. Então, o ônus de se fazer alguma coisa que implique uma mudança é muito grande." (**Agências noticiosas**)

Itamaraty discute as exceções em acordo Sul-Sul – Valor Econômico – Brasil - 23/04/2008

Para impulsionar as trocas comerciais entre os países em desenvolvimento, cerca de 20 integrantes do G-77 negociam um acordo para redução de 20% nas tarifas de importação de bens industriais e agrícolas que deve beneficiar as exportações brasileiras de produtos agrícolas processados e produtos industrializados - é o chamado acordo Sul-Sul. As novas regras do chamado Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (SGPC) podem ser fechadas durante a 12ª Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), que começou domingo e vai até sexta-feira na cidade africana de Acra, capital de Gana.

"Nas rodadas passadas, a negociação foi feita pelo método de pedidos e ofertas, pelo qual cada país pede produtos e o outro oferece algumas concessões, e os resultados não foram muito significativos. As preferências comerciais não foram muito importantes, portanto o comércio que foi gerado por esse acordo não foi muito grande", explica o ministro Carlos Márcio Consendey, diretor do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores.

Na atual rodada, lançada em 2004 na última reunião da Unctad, em São Paulo, os países decidiram estabelecer uma mesma margem de preferência para praticamente todo o universo de tarifas. As negociações vêm sendo tocadas em Genebra, na Suíça, e não há consenso quanto às exceções - a lista de produtos considerados sensíveis e que não estariam sujeitos à redução tarifária. Alguns países, como a Coreia e a Índia, querem proteger os produtos agrícolas, setor no qual têm menos competitividade. Para outros países, como os do Mercosul, Consendey diz que as sensibilidades estão nas áreas de têxteis, automóveis e eletrônicos.

Segundo o ministro, o Mercosul propõe que 10% do total de produtos tenham preferência tarifária de 10%, em vez dos 20% previstos na regra geral. Cada país ainda teria direito de excluir da lista de preferências 5% dos produtos, definidos a seu critério. A proposta tem o apoio de alguns países. A Índia, no entanto, quer que 30% dos produtos sejam excluídos. Em outras palavras, 70% do universo de produtos teriam a redução

tarifária de 20%. Na prática, isso significaria que as tarifas continuariam como estão justamente para os países que mais precisam intensificar suas trocas comerciais.

"A discussão hoje está em torno do tamanho das exceções", resume o diretor do Departamento Econômico do Itamaraty. E disso dependerá o impacto do acordo. "Vai depender muito do tamanho das exceções. Como o comércio é muito concentrado, dependendo do que for colocado na exceção boa parte do comércio poderá ficar nas exceções e não haveria nenhum estímulo adicional", pondera.

Ainda que prevaleça a proposta indiana, contudo, o embaixador acredita que um acordo facilitaria a expansão dos fluxos comerciais no eixo Sul-Sul. Segundo ele, uma preferência de 20% para 70% do universo tarifário é muito mais do que existe hoje no SGPC e no acordo Mercosul-Índia, por exemplo. "Se teria isso de uma só vez para 20 mercados diferentes. As novas oportunidades, sobretudo para o Brasil, que tem uma produção muito diversificada, seriam muito importantes", afirma.

De quebra, um acordo quanto ao SGPC poderia facilitar a atual rodada de negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC). "As negociações não estão vinculadas, mas é claro que se pode ter um efeito positivo. Se você mostra que os países em desenvolvimento estão fazendo um acordo importante, isso pode funcionar como um estímulo positivo para a Rodada Doha também", avalia.

Assinado em 1988, o SGPC entrou em vigor um ano depois e foi assinado por 40 países em desenvolvimento do G-77, entre eles o Brasil. Cerca de 20 destes países participam da atual rodada de negociações. De acordo com Consendey, os países de menor desenvolvimento relativo não negociam, mas poderão se associar ao resultado sem precisar reduzir suas tarifas. "A perspectiva concreta é agora, em Gana, acordar os elementos centrais, que são a margem de preferência e as exceções. Definido isso, se tem condições de completar a negociação até o final do ano", diz ele.

Falta uma alternativa aos subsídios, diz Shannon - Sergio Leo, De Cancun – Valor Econômico – Especial - 23/04/2008

A proposta do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de criação de um Conselho Sul-Americano de Defesa, reunindo os ministros de Defesa do continente para discutir temas comuns sem a participação de outros governos, pode ajudar a resolver os problemas da região, afirma o subsecretário de Estado dos Estados Unidos, para a América Latina, Thomas Shannon. Em entrevista ao Valor, Shannon reconheceu que os subsídios agrícolas nos EUA impedem um acordo comercial mais profundo com o Brasil, o que obriga os dois países a buscar alternativas para reforçar os laços econômicos e de comércio. "A esperança é encontrar a chave mágica, que permita enfrentar a questão dos subsídios agrícolas", comentou, admitindo não ver, ainda, essa "chave" ao alcance dos negociadores.

Shannon participou, no México, da versão latino-americana do Fórum Econômico Mundial, evento que reuniu quatro presidentes da América Central e o colombiano Álvaro Uribe. O evento, para surpresa dos próprios mexicanos, foi ignorado pelos manifestantes e organizações não-governamentais, que tumultuaram o mesmo balneário de Cancún, em 2003, quando se realizou na cidade a reunião de ministros da Organização Mundial do Comércio (OMC).

De passagem pelo México após uma viagem à Argentina, onde procurou deixar para trás os atritos do governo Kirchner com Washington, Shannon foi mais explícito em relação

às declarações que havia dado em Buenos Aires, sobre o interesse americano em um acordo da Argentina com os credores do Clube de Paris, com quem o país tem uma dívida suspensa de US\$ 6,2 bilhões. Mais que interessados, os EUA estão dispostos a apoiar a Argentina para que chegue a um acordo positivo com os credores, garantiu.

Principal assistente para assuntos latino-americanos da secretária de Estado, Condoleezza Rice, Shannon diz lamentar que a visita da chefe ao Brasil e ao Chile, no início do ano, tenha sido interpretada como uma mostra de desinteresse pela Argentina. No Chile, Condoleezza endossou acordos para cooperação do país com a Califórnia para atrair ao país tecnologia de computação; no Brasil, a ênfase foi marcar o interesse comum no combate ao racismo, garante.

Na entrevista ao Valor, logo após o encerramento da reunião do Fórum Econômico, Shannon falou sobre os eventos recentes no continente, como a crise política boliviana, discorreu sobre a cooperação entre Brasil e EUA e comentou até a conversa telefônica, em março, entre Lula e o presidente dos EUA, George Bush, na qual, segundo o brasileiro, Lula, tratando Bush de "meu filho", pediu que os EUA não "atrapalhem" o bom momento na economia brasileira. "Cabe a cada país proteger-se", reage, para, em tom amistoso, comentar que o Brasil já vem fazendo isso.

Valor: *A alta mundial dos preços de alimentos pode afetar o programa conjunto dos Estados Unidos e do Brasil para biocombustíveis?*

Thomas Shannon: Não acredito. Há várias razões para o aumento dos preços de alimentos, e uma das principais é a crescente demanda por comida em lugares como China e Índia. Não creio que a produção de biocombustíveis influencie decisivamente os preços de alimentos. Nossa cooperação com o Brasil vai continuar e aumentar de ritmo.

Valor: *Após um ano de parceria em biocombustíveis, que resultados concretos existem?*

Shannon: Estabelecemos o fórum de biocombustíveis que trabalha em padrões e regras para o biocombustível, e estão fazendo um bom trabalho.

Valor: *Qual o cronograma para os resultados desse trabalho?*

Shannon: Não há cronograma preciso, mas queremos caminhar muito rapidamente. Temos muitos contatos de especialistas, e os resultados, até agora, são muito bons, na troca de resultados de pesquisas. Cientistas americanos vieram ao Brasil, logo brasileiros devem ir aos EUA. Terminamos estudos de viabilidade sobre os potenciais receptores de investimentos privados, El Salvador, República Dominicana, Haiti e Saint Kitts e Névis. Em um ano, dado que é um campo muito novo de cooperação e de desenvolvimento econômico, acho que estamos bem.

Valor: *A mudança de governo nos EUA não afetará esse trabalho conjunto?*

Shannon: Não. A relação com o Brasil é tão importante e a questão do biocombustível tão interessante e potencialmente importante para as economias dos dois países e de outros, que essa cooperação vai continuar.

Valor: *O debate sobre os biocombustíveis aponta o etanol de milho como um vilão. Isso não os leva a pensar em alternativas?*

Shannon: A ciência e a economia são claras: o etanol de cana é mais limpo e mais eficiente que o milho. Mas não produzimos cana, produzimos milho. A maior parte de nosso milho vai para alimentação animal, apenas 2% para consumo humano, e uma parte vai para biocombustíveis. Para atender nossas metas de energia, necessitaremos de todo etanol que pudermos produzir e encontrar pelo mundo. Continuaremos com o milho e o etanol de milho, até desenvolvermos a tecnologia para mudarmos para etanol de celulose.

Valor: *A demanda pelo milho não afeta fortemente o mercado de commodities alimentícias?*

Shannon: Tudo tem impacto econômico, mas seria um erro exagerar o impacto econômico do uso do milho para biocombustíveis. Temos o compromisso do presidente Bush de reduzir o consumo de hidrocarbonetos em 20% em dez anos, precisaremos de todas as possíveis alternativas.

Valor: *Para não limitar aos biocombustíveis os projetos comuns entre os dois governos, há novos temas em discussão, além da colaboração futura no setor têxtil?*

Shannon: O tema dos têxteis surgiu em nosso diálogo de cooperação econômica. Em almoço, em Washington, entre o ministro [de Relações Exteriores, Celso] Amorim, e a secretária [de Estado dos EUA, Condoleezza] Rice, ambos decidiram que a relação econômica entre os dois países era muito importante para não se conversar sobre ela. Precisávamos discutir as relações comerciais, financeiras e econômicas, procurar pontos de convergência que permitam estreitar a relação de maneira razoavelmente rápida. Houve duas rodadas, vamos fazer outras antes do fim dessa administração e vamos reunir os setores têxteis para ver o que se pode fazer em comum.

Valor: *O Brasil começou tarde essa aproximação com os EUA?*

Shannon: Sempre é muito tarde, mas essa não é a questão. Governos estavam ocupados, não se pode fazer tudo de uma vez. Investimos, nos EUA e no Brasil, um enorme esforço na Área de Livre Comércio das Américas, e, depois, na Rodada Doha de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). A esperança é encontrar a chave mágica, que permita enfrentar a questão dos subsídios agrícolas, abrindo então o caminho para outro tipo de relacionamento econômico, bilateralmente ou no contexto multilateral. Quando ficou evidente que essa chave é muito difícil de encontrar...

Valor: *Continua difícil?*

Shannon: Esperamos um milagre, mas ninguém o viu ainda. Quando compreendemos que essa chave é realmente difícil de encontrar, Brasil e EUA chegaram à conclusão, mais ou menos ao mesmo tempo, de que não podíamos só deixar que parasse ali, tínhamos de mostrar engajamento na busca de maneiras para continuar aprofundando o relacionamento bilateral. Se encontrássemos a chave as coisas seriam bem mais fáceis.

Valor: *O sr acaba de voltar de uma visita à Argentina, entendida como um esforço para retomar uma relação que não anda nada bem...*

Shannon: Temos boa relação com a Argentina, ótima cooperação no combate às drogas, imigração, contraterrorismo, organizações internacionais. Mas reconhecemos que, por vários motivos, as relações têm sido definidas por suas diferenças. Queremos trabalhar temas de acordo com a Argentina. O propósito de minha viagem ao país foi assinalar nosso interesse na relação, mostrar como é importante. E construir uma estrutura que nos permita conversas regulares sobre essa relação. Identificamos pontos de convergência, os que já citei e outros: promover o turismo americano na Argentina, educação, procurar maneiras de ajudar a Argentina no Clube de Paris...

Valor: *Como os EUA ajudarão?*

Continuaremos com o milho e o etanol de milho até desenvolvermos a tecnologia para etanol de celulose"

Shannon: Ainda faltam mais conversas. Não há solução fácil à mão, mas mandamos um sinal de que Argentina é um país muito importante para ficar fora dos

mercados internacionais de capitais, tem perspectivas de crescimento de longo prazo, atraiu empresas importantes, dos EUA e de outros lugares. Quanto mais ajudarmos a Argentina a resolver seus problemas e a retomar o acesso aos mercados de capitais, será bom para a Argentina e para as empresas de outros países lá instaladas.

Valor: *Pode haver perdão para a dívida argentina?*

Shannon Não falamos de detalhes, há ainda muito trabalho a fazer. Importante é saber que estamos dispostos favoravelmente a trabalhar com a Argentina.

Valor: *Não foi muita coincidência que Condoleezza Rice tenha vindo à América do Sul durante a crise levantada com a invasão da Colômbia em território equatoriano, para destruir acampamento das Farc?*

Shannon: Foi uma coincidência que a viagem acontecesse durante a crise Equador-Colômbia. A viagem foi marcada e remarcada antes. Nosso propósito era mostrar que a agenda da região era mais que uma agenda de segurança, tinha um grande aspecto social e econômico, e um grande componente de trocas de experiências.

Valor: *Como vê a continuidade de trocas de acusações entre os governos da Colômbia e do Equador, quando se pensava que caminhavam para um diálogo?*

Shannon: Essas questões são muito emocionais. Na Colômbia, a idéia de que as Farc usam um território vizinho para seus propósitos é muito preocupante. E para os vizinhos, o medo do conflito na Colômbia, e de conflitos através das fronteiras, também gera uma resposta muito emocional. Uma das tarefas da diplomacia é superar essa emoção e encontrar meio práticos de resolver os problemas.

Valor: *O FBI investiga o conteúdo dos computadores que, supostamente teriam informações de ligação da guerrilha com governos da região. Que informações há sobre essa investigação?*

Shannon: Há ainda muito material a investigar, não é possível tirar uma conclusão. Temos de esperar e ver o que se pode fazer.

Valor: *A crise política na Bolívia, preocupa os EUA? O embaixador americano foi até acusado de fomentar a divisão do país...*

Shannon: Isso foi estúpido. Os EUA estão fortemente comprometidos com a integridade territorial da Bolívia e com o sucesso do governo democrático na Bolívia. Deixamos isso claro, mais de uma vez. Queremos o sucesso do povo e da economia bolivianas. As sérias disputas políticas na Bolívia, entre o governo federal e os estaduais precisam ser resolvidas por mecanismos políticos, e diálogo. Alguns atores internos, como a Igreja, estão atuando e intermediando o diálogo, que apoiamos.

Valor: *Como o sr. vê a atuação do grupo formado por Brasil, Argentina e Colômbia para intermediar esse diálogo?*

Shannon: É uma boa iniciativa, um esforço muito bom.

Valor: *Qual a sua opinião sobre as negociações do ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, para criar um Conselho Sul-Americano de Defesa, entre países da região?*

Shannon: Não temos um interesse imediato em jogo. O ministro Jobim esteve em Washington, com a secretária Rice e entendemos a proposta como um mecanismo concertado, desenhado para promover diálogo entre os ministros da Defesa, especialmente, para assegurar o mesmo tipo de comunicação entre eles que há entre os ministros de Relações Exteriores. Esse nível adicional de diálogo pode realmente ajudar a segurança da região. É uma idéia interessante.

Valor: *Não é uma forma de excluir os EUA de instâncias políticas importantes na região?*

Shannon: Não. Antes de tudo, temos muito boas relações com os ministros de Defesa e as Forças Armadas de países na América do Sul, e essa iniciativa não interfere ou interrompe essa relação. Há instâncias maiores que nos ligam à América Central e do Sul no nível de ministros da Defesa e Forças Armadas, todo tipo de organização promovendo o diálogo. Esse será uma a mais.

Valor: *O sr. ouviu o telefonema entre os presidentes Lula e Bush, no qual o brasileiro disse: "Bush, meu filho, controle a sua crise" para não atrapalhar o Brasil?*

Shannon: Li no jornal.

Valor: *Qual foi a reação de Bush?*

Shannon: Não estava lá, eu não sei.

Valor: *E o que pode fazer o governo Bush para evitar impacto negativo sobre a América Latina?*

Shannon: Cabe a cada país proteger-se. Em outras palavras, estamos lidando com a crise da melhor maneira que podemos. A realidade é que há muita preocupação, mas o impacto não foi sentido ainda na América Latina. E a razão para isso tem a ver com a forma como os bancos centrais têm sido administrados, com a diversificação das economias, todas as coisas boas que países como o Brasil e outros na região vêm fazendo há muito tempo, que ajuda a protegê-los desse tipo de evento. Nunca sabemos o que pode acontecer.

Valor: *Os EUA vêem alguma possibilidade de retomar boas relações com a Venezuela?*

Shannon: Deixamos muito claro à Venezuela: ficaríamos muito satisfeitos em sentar e discutir como podemos consertar nosso relacionamento. Há áreas onde poderíamos imediatamente construir um relacionamento. Combate às drogas, por exemplo. A questão é se o governo Chávez quer fazer isso conosco, porque queremos fazer com eles. A aparência da relação não reflete a realidade: temos uma relação comercial de US\$ 50 bilhões com a Venezuela, somos o maior investidor estrangeiro no país, a Venezuela é provavelmente o segundo maior investidor latino-americano nos EUA, depois do Brasil. Temos muitos americanos jogando na beisebol na Venezuela, jogadores venezuelanos estão na nossa liga de beisebol. Não deveria ser uma relação rancorosa, insultuosa, deveria ser uma relação boa.

Crítica a biocombustível vem de lobby, diz especialista – Denise Godoy - Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/04/2008

Para o advogado Durval de Noronha Goyos Junior, 56, uma das maiores autoridades brasileiras em direito do comércio internacional, acusar os biocombustíveis de provocar a disparada dos preços dos alimentos é uma manobra dos setores agropecuários dos países mais desenvolvidos, que recebem pesados subsídios dos seus governos.

Noronha, que foi nomeado árbitro do Brasil na OMC (Organização Mundial do Comércio), mas no momento atua defendendo os interesses de nações e empresas em disputas no âmbito do organismo, diz-se preocupado com os rumos da Rodada Doha. "Não vejo concessões por parte dos países ricos", disse ele em entrevista à **Folha**. Leia abaixo trechos da conversa.

FOLHA - Quando o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial disseram que os biocombustíveis estão tomando o lugar dos alimentos nos campos das nações pobres, o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, respondeu que os países ricos deveriam cortar os subsídios aos seus agricultores para estimular os países em desenvolvimento a aumentar o cultivo. O raciocínio está correto?

DURVAL DE NORONHA GOYOS JUNIOR - Sim, mas a situação é muito mais complexa. É verdade que os subsídios desencorajam a produção dos países pobres. Os incentivos trouxeram iniquidade e desesperança às relações internacionais. No entanto, não é só isso que explica a alta dos preços. As turbulências no mercado imobiliário americano e no de capitais fizeram com que os recursos migrassem para o petróleo, o ouro e os produtos agrícolas.

FOLHA - É consenso que os combustíveis fósseis terão que ser substituídos e muitos países já passaram a adicionar álcool à gasolina, mas, apesar disso, eles lançam essas reclamações sobre os biocombustíveis. Como explicar tal paradoxo?

NORONHA - Nessas nações, alguns setores, como o consumidor -que quer os grãos baratos- e os sindicatos trabalhistas -que desejam manter os empregos- fazem pressão. Um dos fatores que motivam o debate sobre os biocombustíveis e a falta de alimento no mundo é o lobby do segmento protegido dos países desenvolvidos, que quer a manutenção dos subsídios. O livre comércio é só retórica. Nos EUA, para cada US\$ 1 produzido pelo setor agrícola, os fazendeiros recebem US\$ 1. Então, o país somente é uma economia de mercado no que interessa -quando perde no jogo, deixa de sê-lo.

FOLHA - Como é que se acaba com o impasse na Rodada Doha?

NORONHA - Eu me preocupo muito porque não vejo concessões por parte dos países desenvolvidos. Por outro lado, o Brasil teria que reduzir substancialmente as tarifas à importação de produtos industrializados. Porém, nós desequilibramos as regras contra os nossos interesses, pois não temos condições adequadas de competitividade devido ao câmbio sobrevalorizado. A tarifa fica sendo a única forma legítima de proteção do setor industrial doméstico. A agenda de negociação [de Doha] é a dos países desenvolvidos e a conclusão desses trabalhos vai se mostrar mais uma vez desvantajosa para os países pobres. A OMC é um organismo multilateral destinado a promover a prosperidade de poucos em detrimento de muitos.

FOLHA - E como o senhor avalia o desempenho da diplomacia comercial brasileira nessa questão?

NORONHA - É tradicionalmente pífio. O Brasil é o único país do mundo que usa diplomatas em negociações comerciais. O diplomata não foi treinado pra isso. Ele foi treinado para a conciliação, e não para o debate. O comércio é um relacionamento humano muito agressivo, que requer outras habilidades.

FOLHA - O seu foi o primeiro escritório latino na China, com inauguração em 2001. O que o país pode ensinar ao Brasil em termos de estratégias para o comércio exterior?

NORONHA - Vamos ter um déficit nas relações comerciais com a China que pode ficar entre US\$ 6 bilhões e US\$ 8 bilhões neste ano. A vantagem da China nas transações com o Brasil se explica principalmente pelos fatores macroeconômicos. O câmbio chinês está subvalorizado em 25%, enquanto o nosso se encontra supervalorizado em 35%. No que diz respeito a medidas de facilitação para os negócios, os chineses possuem melhor legislação e sistema tributário. Além disso, as taxas de juros lá são negativas e a nossa é a maior do mundo. Para a China também é essencial o planejamento estatal, que nós deixamos de fazer.

País negocia com EUA fim de dupla tributação - José Meirelles Passos – O Globo – Economia – 29/04/2008

WASHINGTON. Queixas renovadas de grandes corporações americanas e brasileiras sobre o fato de elas serem tributadas duplamente — nos Estados Unidos e no Brasil — fizeram, ontem, com que os governos de ambos os países se comprometessem a encontrar formas, até outubro próximo, de se criar um tratado bilateral de tributação que solucione pelo menos em parte esse problema.

Segundo os empresários, a questão vem sendo debatida há 40 anos sem avanços.

— Compreendo a ansiedade dos empresários. O que nós estamos buscando é, sem prejuízo do Brasil ou dos EUA, conseguir não o tratado perfeito, não o tratado ótimo, mas o tratado possível, que será o melhor. E é nesse sentido que nós, desta vez, definimos um método de resolver esse problema — disse a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, ao fim da segunda reunião do Fórum de Altos Executivos de Empresas Brasil-EUA, na Casa Branca, da qual participaram presidentes de dez corporações americanas e dez brasileiras, além do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge.

Bush agradece a Lula pelo incentivo à negociação O presidente George W. Bush, que conversou com os 20 empresários por uma hora, disse estar contente com o andamento das negociações. A função do fórum é apresentar recomendações a ambos os governos, sobre formas de facilitar os negócios entre os dois países.

— Eu e meu governo apoiamos fortemente a criação de um tratado tributário bilateral e também um tratamento bilateral de investimentos — disse Bush. — Quero agradecer ao meu amigo, presidente Lula, por incentivar esse fórum para ir avançando. Isso é uma indicação da importância que nós dois colocamos em nossas relações bilaterais.

Empresários saem do encontro animados Dilma disse que as negociações serão aceleradas para ir acabando, aos poucos, com a bitributação: — É possível criar uma estrutura, uma moldura na qual nós façamos, de parte a parte, passos significativos para chegar a um acordo. E é isso o que nós estabelecemos: o que fazer e até quando. Nós nos demos um prazo até outubro para que os dois governos façam os seus melhores esforços.

Mesmo porque qualquer alteração (na legislação tributária) tem de passar pelos respectivos Congressos. E isso não é trivial.

A bitributação, as negociações da Rodada de Doha e o aumento da validade dos vistos para empresários (de cinco para dez anos) foram os três temas prioritários nas discussões entre representantes dos dois governos e do grupo de empresários — que tinha, do lado brasileiro, firmas como Gerdau, Votorantim, Cutrale e Odebrecht; e, do americano, General Motors, Coca-Cola e Citibank.

Josué Gomes, presidente da Coteminas e co-presidente do fórum empresarial, saiu satisfeito da reunião: — Estávamos frustrados com a demora sobre o tratado de tributação. Mas agora saímos daqui muito animados.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agri

